NOTAS EXPLICATIVAS —

# Demonstrações Contábeis do Ministério das Mulheres



Brasília-DF
3º Trimestre de 2026

# Índice

Contexto Operacional 3
Responsáveis 4
Base de Preparação 5
Critérios e Políticas Contábeis 6
**Demonstrações Contábeis 11**
Balanço Patrimonial 11
Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes 13
Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro 13
Quadro das Contas de Compensação 14
Demonstração das Variações Patrimoniais 15
Demonstração dos Fluxos de Caixa 16
Balanço Orçamentário 17
Demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados 19
Demonstrativo de execução dos restos a pagar processados e não processados liquidados 19
Balanço Financeiro 20
**Notas Explicativas 22**
Nota 01 — Caixa e Equivalentes de Caixa 22
Nota 02 — Créditos a Curto e Longo Prazo 23
Nota 03 — Imobilizado 24
Nota 04 — Intangível 27
Nota 05 — Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias 29
Nota 06 — Transferências Fiscais 30
Nota 07 — Demais Obrigações 31
Nota 08 — Patrimônio Líquido 32
Nota 09 — Controles Contábeis 33
Nota 10 — Consolidação Intragovernamental 34
Nota 11 — Resultado Patrimonial 37
Nota 12 — Resultado Orçamentário 39
Nota 13 — Geração Líquida de Caixa e Equival. de Caixa 40
Nota 14 — Resultado Financeiro 41
Nota 15 — Transferências e Parcerias 42
Nota 16 — Partes Relacionadas 47

# Contexto Operacional

O Ministério das Mulheres (MMulheres) é um órgão público da Administração Direta, integrante da estrutura do Governo Federal, inscrito no CNPJ nº 05.510.958/0001-46, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 6º andar — CEP 70.046-900, Brasília/DF. O MMulheres foi criado pela Medida Provisória nº 1.154, posteriormente convertida na Lei nº 14.600, de 19/06/2023, a qual estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Conforme o Decreto nº 11.351, de 01/01/2023, constituem áreas de competência do MMulheres: a formulação, coordenação e execução de políticas e diretrizes de garantia dos direitos das mulheres; as políticas para as mulheres; a articulação e o acompanhamento de políticas para as mulheres nas três esferas federativas; a articulação intersetorial e transversal junto aos órgãos e às entidades, públicos e privados, e às organizações da sociedade civil; a articulação, promoção e execução de programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados; a elaboração e implementação de campanhas educativas e antidiscriminatórias de abrangência nacional; e o acompanhamento da implementação da legislação sobre ações afirmativas.

Cabe destacar que, por meio da Portaria MGI nº 43, de 31 de janeiro de 2023, foi disciplinado o compartilhamento de atividades de suporte administrativo entre Ministérios. Estão abrangidas as atividades de administração patrimonial, de material e de espaço físico, gestão de pessoas, serviços gerais, orçamento e finanças, contabilidade, logística, contratos, planejamento governamental e gestão estratégica, tecnologia da informação e, a critério dos órgãos envolvidos, também outras atividades de suporte administrativo.

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), por meio da Secretaria de Serviços Compartilhados (SSC), atende ao próprio MGI, ao Ministério da Previdência Social (MPS), ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDICS), ao Ministério dos Povos Indígenas (MPI), ao Ministério do Empreendedorismo, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (MEMP), ao Ministério da Igualdade Racial (MIR), ao Ministério das Mulheres (MMulheres) e ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC).

Mais informações: https://www.gov.br/mulheres/pt-br

# Responsáveis

**MINISTRA DAS MULHERES**
Márcia Helena Carvalho Lopes

**SECRETÁRIA-EXECUTIVA**
Eutália Barbosa Rodrigues Naves

**MINISTRA DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS**
Esther Dweck

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**
Cilair Rodrigues de Abreu

**SECRETÁRIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS**
Isabela Gomes Gebrim

**DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE**
Leonardo David da Silva Luz

**COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE**
Enoque da Rocha Costa

**EQUIPE TÉCNICA**
Rafael de Souza
Alexandre Gomes Oliveira
Marco Massato Higa

Contato: cicon.cgcon.dfc@gestao.gov.br

# Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

## Exercício Financeiro de 2026

As Demonstrações Contábeis são produzidas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual Siafi, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF), e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras (NBC TSP) e internacionais (IPSAS) de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB), respectivamente.

As demonstrações têm por objetivo fornecer aos diversos usuários informações sobre a gestão do patrimônio, bem como contribuir para a prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem.

| Demonstração | Objetivo |
|---|---|
| Balanço Patrimonial (BP) | Evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da União por meio de contas representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais. |
| Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) | Evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. |
| Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) | Evidencia as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras, classificando-as em atividades operacionais, de investimento e de financiamento. |
| Balanço Orçamentário (BO) | Demonstra a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as previstas na Lei Orçamentária Anual com as efetivamente realizadas. |
| Balanço Financeiro (BF) | Evidencia os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários realizados no exercício, conjugados com os saldos do exercício anterior e os transferidos para o seguinte. |
| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) | Evidencia as operações que alteraram a composição do Patrimônio Líquido no exercício. |
| Notas Explicativas | Detalham e complementam as informações apresentadas nas demonstrações contábeis. |

# Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste MMulheres, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público:

### A) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real, tendo em vista o disposto no item 5, alínea "a", da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.330/2011, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

### B) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

### C) Créditos de Curto e Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com demais valores.

Os valores são mensurados pelo custo histórico, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado, também, o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

### D) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

### E) Intangível

O intangível compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, reconhecidos e mensurados nos termos da NBC TSP 08 e do MCASP.

É reconhecido pelo custo de aquisição ou de desenvolvimento e apresentado líquido da amortização acumulada, quando aplicável. No MMulheres o saldo é composto integralmente por softwares.

### F) Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a Lei nº 10.180/2001 e o Decreto nº 6.976/2009.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual Siafi, Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações e Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, disponível no sítio do Tesouro Nacional, e na Porta-

ria Conjunta STN/SPU nº 10, de 4 de julho de 2023.

## Reavaliação

### I) Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável

De acordo com o Manual SIAFI, Macrofunção 020335, as reavaliações devem ser realizadas utilizando-se o valor justo ou o valor de mercado na data de encerramento do Balanço Patrimonial, pelo menos:

- Anualmente, para as contas ou grupo de contas cujos valores de mercado variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados;
- A cada quatro anos, para as demais contas ou grupos de contas.

Essa reavaliação somente será efetuada se o valor líquido contábil sofrer modificação significativa. Deve-se sempre levar em conta a relação custo-benefício e a representatividade dos valores.

Quanto aos bens móveis, o MMulheres ainda não realiza sistematicamente os procedimentos para contabilização da reavaliação desses bens registrados no seu ativo.

### II) Portaria Conjunta STN-SPU nº 10/2023

Segundo o art. 6º da Portaria Conjunta STN-SPU nº 10/2023, após a mensuração e lançamento no Sistema Corporativo da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), os valores dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados nas seguintes situações:

- Quando aplicadas obras ou reformas, a título de benfeitoria, em valor percentual igual ou superior a vinte por cento do valor líquido contábil;
- Houver alteração de área construída ou tipologia do imóvel, independentemente do valor investido;
- Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, entre outros; e
- A data do último valor justo cadastrado no Sistema Corporativo da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) for igual ou superior a cinco anos.

Os valores dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais poderão ser atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação. Só serão atualizados sistemicamente os imóveis que não forem avaliados pelo valor justo ou cujo prazo de validade estejam expirados.

## Redução ao Valor Recuperável

Entende-se por redução ao valor recuperável a desvalorização de um ativo quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Ou seja, caso o valor contábil de um ativo apresente valor acima da quantia que será recuperada através do uso ou da venda desse ativo, é possível afirmar que esse ativo está em imparidade (impairment). O valor da perda deverá ser estimado por meio de testes de recuperabilidade.

O valor de um bem deve ser reduzido ao valor recuperável se alguma das situações abaixo for verdadeira:

- Cessação total ou parcial das demandas ou necessidade dos serviços fornecidos pelo bem.
- Diminuição significativa, de longo prazo, das demandas ou necessidade dos serviços fornecidos pelo bem.
- Dano físico do bem.
- Mudanças significativas, de longo prazo, com efeito adverso na entidade, ocorreram ou estão para ocorrer no ambiente tecnológico, legal ou de política de governo no qual a entidade opera.

- Mudanças significantes, de longo prazo, com efeito adverso na entidade ocorreram ou estão para ocorrer na extensão ou maneira da utilização do bem. Essas modificações incluem a ociosidade do bem, planos para descontinuar ou reestruturar a operação no qual ele é utilizado, ou planos de se desfazer do bem antes da data previamente estimada.
- É decidido interromper a construção de um bem antes que o mesmo esteja em condições de uso.
- Há indicação de que a performance de serviço do bem está ou estará significativamente pior do que esperado.
- Durante o período, o valor de mercado de um bem caiu significativamente, mais do que seria esperado pela passagem do tempo ou uso normal.

A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor, segue as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual Siafi, especificamente na Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, disponível no sítio do Tesouro Nacional.

Entretanto, o MMulheres ainda não realiza sistematicamente os procedimentos para contabilização da redução ao valor recuperável dos bens móveis e imóveis registrados no seu ativo.

### Depreciação, Amortização e Exaustão

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado ou do intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis objeto da Portaria Conjunta STN/SPU nº 10, de 4 de julho de 2023, que são cadastrados no Sistema Corporativo da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e seguem critérios específicos.

Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Entretanto, conforme item 6.10 da Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O detalhamento dos procedimentos de depreciação aplicáveis aos bens móveis e imóveis está apresentado na Nota Explicativa nº 03 – Imobilizado.

## G) Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos apresentam a seguinte divisão:

- obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- demais obrigações;
- transferências fiscais.

## H) Apuração do resultado

### Consolidação

Na elaboração das Demonstrações Contábeis do MMulheres, foram utilizados critérios de consolidação de itens das demonstrações que compensam ou eliminam as transações que possuem o 5º nível da conta contábil igual a 2 (“intragovernamental”) das contas de natureza de informação patrimonial. Essas contas não são eliminadas no

processo de elaboração das demonstrações contábeis do MMulheres porque o Siafi não está parametrizado para realizar a consolidação a nível de Órgão/Ministério, mas apenas no nível do Balanço Geral da União (BGU).

### Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta "Superávit/Déficit do Exercício". O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.

### Resultado Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

### Resultado Financeiro

Representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

### I) Composição do Órgão

O MMulheres, na condição de Órgão (Administração Direta), é composto pelas seguintes unidades:

- Secretaria Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política — SENATP;
- Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados — SENAEC;
- Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres — SENEV.

### J) Materialidade na Divulgação

Em atendimento aos itens 45 a 47 da NBC TSP 11 e ao item 3.32 da NBC TSP Estrutura Conceitual, a entidade avalia a materialidade dos itens divulgados nestas Notas Explicativas por natureza e por montante. Não há limite quantitativo uniforme fixado em norma; a entidade adota, de forma consistente entre os exercícios, os seguintes critérios declarados:

- O conjunto de contas apresentado em linha própria em cada grupo responde por, no mínimo, 95% do saldo do grupo;
- Contas de valor inferior ao piso de materialidade da entidade e sem variação relevante — assim considerada a variação igual ou superior a 30% acompanhada de diferença acima do mesmo piso — são apresentadas de forma agregada na linha “Demais Contas”, permanecendo integralmente incluídas nos totais;
- Independentemente do valor, são apresentados em linha própria os itens materiais por natureza, assim entendidos os relacionados à conformidade legal, provisões, passivos contingentes, partes relacionadas, saldos invertidos ou pendentes de regularização e itens objeto de apontamento dos órgãos de controle.

# Balanço Patrimonial

## Ativo

| ESPECIFICAÇÃO | NE | 30/09/2026 | 31/12/2025 | AH | AV |
|---|---|---|---|---|---|
| **ATIVO CIRCULANTE** | | **160.205.664,52** | **115.396.256,32** | **+38,83%** | **76,69%** |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 01 | 14.949.976,20 | 8.771.022,68 | +70,45% | 7,16% |
| Créditos a Curto Prazo | 02 | 145.255.688,32 | 106.625.233,64 | +36,23% | 69,53% |
| Demais Créditos e Valores | | 145.255.688,32 | 106.625.233,64 | +36,23% | 69,53% |
| Demais Créditos e Valores | | 145.292.368,87 | 106.661.914,19 | +36,22% | 69,55% |
| (-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Curto Prazo | | (36.680,55) | (36.680,55) | +0,00% | -0,02% |
| **ATIVO NÃO CIRCULANTE** | | **48.703.590,13** | **45.093.566,52** | **+8,01%** | **23,31%** |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | 02 | 220.653,42 | 220.653,42 | +0,00% | 0,11% |
| Créditos a Longo Prazo | 02 | 220.653,42 | 220.653,42 | +0,00% | 0,11% |
| Demais Créditos e Valores | | 220.653,42 | 220.653,42 | +0,00% | 0,11% |
| Demais Créditos e Valores | | 23.499.519,07 | 23.499.519,07 | +0,00% | 11,25% |
| (-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Longo Prazo | | (23.278.865,65) | (23.278.865,65) | +0,00% | -11,14% |
| Imobilizado | 03 | 42.718.593,57 | 40.061.246,43 | +6,63% | 20,45% |
| Bens Móveis | | 4.630.788,34 | 1.973.441,20 | +134,66% | 2,22% |
| Bens Móveis | | 5.243.624,50 | 2.238.372,26 | +134,26% | 2,51% |
| (-) Depreciação/Amortização/Exaust. Acumulada de Bens Móveis | | (612.836,16) | (264.931,06) | -131,32% | -0,29% |
| Bens Imóveis | | 38.087.805,23 | 38.087.805,23 | +0,00% | 18,23% |
| Bens Imóveis | | 38.087.805,23 | 38.087.805,23 | +0,00% | 18,23% |
| Intangível | 04 | 5.764.343,14 | 4.811.666,67 | +19,80% | 2,76% |
| Softwares | | 5.764.343,14 | 4.811.666,67 | +19,80% | 2,76% |
| Softwares | | 5.764.343,14 | 4.811.666,67 | +19,80% | 2,76% |
| **TOTAL DO ATIVO** | | **208.909.254,65** | **160.489.822,84** | **+30,17%** | **100,00%** |

## Passivo e Patrimônio Líquido

| ESPECIFICAÇÃO | NE | 30/09/2026 | 31/12/2025 | AH | AV |
|---|---|---|---|---|---|
| **PASSIVO CIRCULANTE** | | **59.466.716,02** | **34.404.813,86** | **+72,84%** | **28,47%** |
| Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo | 05 | 3.312.295,47 | 3.509.993,41 | -5,63% | 1,59% |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo | | 875.109,58 | – | – | 0,42% |
| Transferências Fiscais a Curto Prazo | 06 | 26.950.028,05 | 21.758.741,94 | +23,86% | 12,90% |
| Demais Obrigações a Curto Prazo | 07 | 28.329.282,92 | 9.136.078,51 | +210,08% | 13,56% |
| **PASSIVO NÃO CIRCULANTE** | | – | – | – | **0,00%** |
| **TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL** | | **59.466.716,02** | **34.404.813,86** | **+72,84%** | **28,47%** |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | 08 | **149.442.538,63** | **126.085.008,98** | **+18,53%** | **71,53%** |
| Patrimônio Social e Capital Social | | – | – | – | 0,00% |
| Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) | | – | – | – | 0,00% |
| Reservas de Capital | | – | – | – | 0,00% |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | | – | – | – | 0,00% |
| Reservas de Lucros | | – | – | – | 0,00% |
| Demais Reservas | | – | – | – | 0,00% |
| Resultados Acumulados | 08 | 149.442.538,63 | 126.085.008,98 | +18,53% | 71,53% |
| Resultado do Exercício | | 24.726.005,15 | 13.478.326,32 | +83,45% | 11,84% |
| Resultados de Exercícios Anteriores | | 126.085.008,98 | 112.645.112,11 | +11,93% | 60,35% |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | | (1.368.475,50) | (38.429,45) | -3.461,01% | -0,66% |
| (-) Ações / Cotas em Tesouraria | | – | – | – | 0,00% |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **208.909.254,65** | **160.489.822,84** | **+30,17%** | **100,00%** |

## Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

| ESPECIFICAÇÃO | 30/09/2026 | 31/12/2025 | AH |
|---|---|---|---|
| Ativo Financeiro | 14.949.976,20 | 8.771.022,68 | +70,45% |
| Ativo Permanente | 193.959.278,45 | 151.718.800,16 | +27,84% |
| **Total do Ativo** | **208.909.254,65** | **160.489.822,84** | **+30,17%** |
| Passivo Financeiro | 216.356.539,18 | 269.485.839,98 | -19,72% |
| Passivo Permanente | 24.771.626,00 | 7.984.685,86 | +210,24% |
| **Total do Passivo** | **241.128.165,18** | **277.470.525,84** | **-13,10%** |
| **SALDO PATRIMONIAL** | **(32.218.910,53)** | **(116.980.703,00)** | **+72,46%** |

## Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial

| ESPECIFICAÇÃO | 30/09/2026 | 31/12/2025 | AH |
|---|---|---|---|
| **Recursos Não Vinculados** | **(171.590.704,74)** | **(223.742.497,84)** | **+23,31%** |
| **Recursos Vinculados** | **(29.815.858,24)** | **(36.972.319,46)** | **+19,36%** |
| Previdência Social (RPPS) | – | – | – |
| Dívida Pública | (6.195.795,09) | (10.146.474,06) | +38,94% |
| Fundos, Órgãos e Programas | (23.620.063,15) | (26.825.845,40) | +11,95% |
| **TOTAL** | **(201.406.562,98)** | **(260.714.817,30)** | **+22,75%** |

## Quadro das Contas de Compensação

### Atos Potenciais Ativos

| ESPECIFICAÇÃO | NE | 30/09/2026 | 31/12/2025 | AH |
|---|---|---|---|---|
| **SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS** | 09 | **254.033.117,28** | **265.692.718,78** | **-4,39%** |
| Atos Potenciais Ativos | | 254.033.117,28 | 265.692.718,78 | -4,39% |
| Garantias e Contragarantias Recebidas | | 4.711.643,80 | – | – |
| Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres | | 249.311.473,48 | 265.682.718,78 | -6,16% |
| Direitos Contratuais | | 10.000,00 | 10.000,00 | +0,00% |
| **TOTAL** | | **254.033.117,28** | **265.692.718,78** | **-4,39%** |

### Atos Potenciais Passivos

| ESPECIFICAÇÃO | NE | 30/09/2026 | 31/12/2025 | AH |
|---|---|---|---|---|
| **SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS** | 09 | **908.342.757,35** | **982.317.723,46** | **-7,53%** |
| Atos Potenciais Passivos | | 908.342.757,35 | 982.317.723,46 | -7,53% |
| Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres | | 508.476.174,26 | 549.517.145,40 | -7,47% |
| Obrigações Contratuais | | 399.866.583,09 | 432.800.578,06 | -7,61% |
| **TOTAL** | | **908.342.757,35** | **982.317.723,46** | **-7,53%** |

# Demonstração das Variações Patrimoniais

| ESPECIFICAÇÃO | NE | 30/09/2026 | 30/09/2025 | AH | AV |
|---|---|---|---|---|---|
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS** | 11 | **297.256.687,10** | **218.158.889,99** | **+36,26%** | **100,00%** |
| Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos | | 1.306,32 | – | – | 0,00% |
| Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços | | 1.306,32 | – | – | 0,00% |
| Transferências e Delegações Recebidas | | 245.712.321,82 | 169.096.269,30 | +45,31% | 82,66% |
| Transferências Intragovernamentais | 10 | 244.884.874,83 | 166.868.413,96 | +46,75% | 82,38% |
| Outras Transferências e Delegações | | 827.446,99 | 2.227.855,34 | -62,86% | 0,28% |
| Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos | | 43.055.949,62 | 27.762.812,93 | +55,08% | 14,48% |
| Ganhos com Incorporação de Ativos | | 40.637.949,62 | 27.762.812,93 | +46,38% | 13,67% |
| Ganhos com Desincorporação de Passivos | | 2.418.000,00 | – | – | 0,81% |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | | 8.487.109,34 | 21.299.807,76 | -60,15% | 2,86% |
| Diversas Variações Patrimoniais | | 8.487.109,34 | 21.299.807,76 | -60,15% | 2,86% |
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS** | 11 | **272.530.681,95** | **195.532.063,57** | **+39,38%** | **100,00%** |
| Pessoal e Encargos | | 21.485.157,12 | 18.333.335,42 | +17,19% | 7,88% |
| Remuneração a Pessoal | | 14.640.372,49 | 12.208.690,64 | +19,92% | 5,37% |
| Encargos Patronais | | 2.352.688,54 | 1.944.630,67 | +20,98% | 0,86% |
| Benefícios a Pessoal | | 2.468.565,08 | 2.174.222,85 | +13,54% | 0,91% |
| Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - | | 2.023.531,01 | 2.005.791,26 | +0,88% | 0,74% |
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais | | 78.640,03 | 63.905,36 | +23,06% | 0,03% |
| Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais | | 78.640,03 | 63.905,36 | +23,06% | 0,03% |
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital | | 60.601.060,91 | 28.802.811,08 | +110,40% | 22,24% |
| Serviços | | 60.249.136,37 | 28.625.973,18 | +110,47% | 22,11% |
| Depreciação, Amortização e Exaustão | | 351.924,54 | 176.837,90 | +99,01% | 0,13% |
| Transferências e Delegações Concedidas | | 169.572.545,51 | 135.975.837,04 | +24,71% | 62,22% |
| Transferências Intragovernamentais | 10 | 28.882.305,16 | 22.104.872,69 | +30,66% | 10,60% |
| Transferências Intergovernamentais | | 140.671.255,92 | 110.276.545,94 | +27,56% | 51,62% |
| Outras Transferências e Delegações | | 18.984,43 | 3.594.418,41 | -99,47% | 0,01% |
| Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos | | 20.787.087,67 | 12.354.548,00 | +68,25% | 7,63% |
| Incorporação de Passivos | | 18.789.245,30 | 12.282.298,00 | +52,98% | 6,89% |
| Desincorporação de Ativos | | 1.997.842,37 | 72.250,00 | +2.665,18% | 0,73% |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | | 6.190,71 | 1.626,67 | +280,58% | 0,00% |
| Diversas Variações Patrimoniais | | 6.190,71 | 1.626,67 | +280,58% | 0,00% |
| **RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO** | 11 | **24.726.005,15** | **22.626.826,42** | **+9,28%** | – |

# Demonstração dos Fluxos de Caixa

| ESPECIFICAÇÃO | NE | 30/09/2026 | 30/09/2025 | AH | AV |
|---|---|---|---|---|---|
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS** | 13 | **11.535.006,31** | **(2.670.392,63)** | **+531,96%** | **4,26%** |
| INGRESSOS OPERACIONAIS | | 261.699.679,78 | 174.558.679,63 | +49,92% | 96,58% |
| Outros Ingressos Operacionais | | 261.699.679,78 | 174.558.679,63 | +49,92% | 96,58% |
| Ingressos Extraorçamentários | | 9.279.065,76 | 27.038,78 | +34.217,62% | 3,42% |
| Transferências Financeiras | | 243.932.198,36 | 166.868.413,96 | +46,18% | 90,02% |
| Arrecadação de Outra Unidade | | 8.488.415,66 | 7.663.226,89 | +10,77% | 3,13% |
| DESEMBOLSOS OPERACIONAIS | | (250.164.673,47) | (177.229.072,26) | -41,15% | -92,32% |
| Pessoal e Demais Despesas | | (57.577.719,94) | (38.502.982,62) | -49,54% | -21,25% |
| Essencial à Justiça | | – | (3.907,61) | +100,00% | 0,00% |
| Administração | | (2.427,53) | – | – | 0,00% |
| Direitos da Cidadania | | (57.575.292,41) | (38.499.075,01) | -49,55% | -21,25% |
| Transferências Concedidas | | (137.652.585,52) | (109.858.971,44) | -25,30% | -50,80% |
| Intergovernamentais Concedidas | | (34.234.359,06) | (14.485.033,93) | -136,34% | -12,63% |
| A Estados e/ou Distrito | | (28.145.615,75) | (9.975.527,39) | -182,15% | -10,39% |
| A Municípios | | (6.088.743,31) | (4.509.506,54) | -35,02% | -2,25% |
| Intragovernamentais Concedidas | | (2.172.615,71) | (1.883.600,50) | -15,34% | -0,80% |
| Outras Transferências Concedidas | | (101.245.610,75) | (93.490.337,01) | -8,30% | -37,36% |
| Outros Desembolsos Operacionais | | (54.934.368,01) | (28.867.118,20) | -90,30% | -20,27% |
| Dispêndios Extraorçamentários | | (7.232.916,39) | (27.038,78) | -26.650,16% | -2,67% |
| Transferências Financeiras | | (28.882.305,16) | (22.104.872,69) | -30,66% | -10,66% |
| Demais Pagamentos | | (18.819.146,46) | (6.735.206,73) | -179,41% | -6,94% |
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** | 13 | **(5.356.052,79)** | **(71.400,00)** | **-7.401,47%** | **-1,98%** |
| DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO | | (5.356.052,79) | (71.400,00) | -7.401,47% | -1,98% |
| Aquisição de Ativo Não Circulante | | (2.200.809,12) | – | – | -0,81% |
| Outros Desembolsos de Investimentos | | (3.155.243,67) | (71.400,00) | -4.319,11% | -1,16% |
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** | 13 | – | – | – | **0,00%** |
| **GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** | 13 | **6.178.953,52** | **(2.741.792,63)** | **+325,36%** | **2,28%** |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL | | 8.771.022,68 | 25.987.595,26 | -66,25% | – |
| CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL | 01 | 14.949.976,20 | 23.245.802,63 | -35,69% | – |

# Balanço Orçamentário

## Receita

| ESPECIFICAÇÃO | NE | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | SALDO |
|---|---|---|---|---|---|
| RECEITAS CORRENTES | | – | – | – | – |
| RECEITAS DE CAPITAL | | – | – | – | – |
| SUBTOTAL DAS RECEITAS | 12 | – | – | – | – |
| REFINANCIAMENTO | | – | – | – | – |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO | | – | – | – | – |
| DÉFICIT | 12 | – | – | 153.893.199,37 | 153.893.199,37 |
| TOTAL | | – | – | 153.893.199,37 | 153.893.199,37 |
| CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS | | – | 7.363.908,00 | – | (7.363.908,00) |
| Créditos Cancelados | | – | 7.363.908,00 | – | – |

## Despesa

| ESPECIFICAÇÃO | NE | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | EMPENHADAS | LIQUIDADAS | PAGAS | SALDO DA DOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **DESPESAS CORRENTES** | | **289.993.293,00** | **293.156.394,00** | **108.511.711,24** | **77.279.698,76** | **72.941.239,75** | **184.644.682,76** |
| Pessoal e Encargos Sociais | | 23.925.109,00 | 27.225.109,00 | 27.158.873,12 | 18.443.766,14 | 16.449.137,02 | 66.235,88 |
| Outras Despesas Correntes | | 266.068.184,00 | 265.931.285,00 | 81.352.838,12 | 58.835.932,62 | 56.492.102,73 | 184.578.446,88 |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | | **92.380.823,00** | **96.581.630,00** | **45.381.488,13** | **14.259.576,86** | **10.730.250,60** | **51.200.141,87** |
| Investimentos | | 92.380.823,00 | 96.581.630,00 | 45.381.488,13 | 14.259.576,86 | 10.730.250,60 | 51.200.141,87 |
| **RESERVA DE CONTINGÊNCIA** | | – | – | – | – | – | – |
| **SUBTOTAL DAS DESPESAS** | 12 | **382.374.116,00** | **389.738.024,00** | **153.893.199,37** | **91.539.275,62** | **83.671.490,35** | **235.844.824,63** |
| **AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO** | | – | – | – | – | – | – |
| **SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO** | | **382.374.116,00** | **389.738.024,00** | **153.893.199,37** | **91.539.275,62** | **83.671.490,35** | **235.844.824,63** |
| **TOTAL** | | **382.374.116,00** | **389.738.024,00** | **153.893.199,37** | **91.539.275,62** | **83.671.490,35** | **235.844.824,63** |

## Restos a Pagar Não Processados

| ESPECIFICAÇÃO | INSCRITOS EM EXERC. ANTERIORES | INSCRITOS EM 31/12 ANTERIOR | LIQUIDADOS | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **DESPESAS CORRENTES** | **32.764.692,44** | **110.587.874,00** | **85.764.162,03** | **85.764.162,03** | **5.053.394,04** | **52.535.010,37** |
| Pessoal e Encargos | 844.847,42 | 1.080.877,75 | 668.093,41 | 668.093,41 | – | 1.257.631,76 |
| Outras Despesas | 31.919.845,02 | 109.506.996,25 | 85.096.068,62 | 85.096.068,62 | 5.053.394,04 | 51.277.378,61 |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | **78.647.045,72** | **22.932.803,43** | **30.214.375,61** | **26.420.859,05** | **3.428.897,25** | **71.730.092,85** |
| Investimentos | 78.647.045,72 | 22.932.803,43 | 30.214.375,61 | 26.420.859,05 | 3.428.897,25 | 71.730.092,85 |
| **TOTAL** | **111.411.738,16** | **133.520.677,43** | **115.978.537,64** | **112.185.021,08** | **8.482.291,29** | **124.265.103,22** |

## Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

| ESPECIFICAÇÃO | INSCRITOS EM EXERC. ANTERIORES | INSCRITOS EM 31/12 ANTERIOR | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |
|---|---|---|---|---|---|
| **DESPESAS CORRENTES** | **3.982.233,54** | **3.790.834,22** | **3.439.659,22** | **–** | **4.333.408,54** |
| Pessoal e Encargos | – | 1.990.852,58 | 1.990.852,58 | – | – |
| Outras Despesas | 3.982.233,54 | 1.799.981,64 | 1.448.806,64 | – | 4.333.408,54 |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | **9.544.534,00** | **6.834.294,40** | **1.290.187,60** | **–** | **15.088.640,80** |
| Investimentos | 9.544.534,00 | 6.834.294,40 | 1.290.187,60 | – | 15.088.640,80 |
| **TOTAL** | **13.526.767,54** | **10.625.128,62** | **4.729.846,82** | **–** | **19.422.049,34** |

# Balanço Financeiro

## Ingressos

| ESPECIFICAÇÃO | NE | 30/09/2026 | 30/09/2025 | AH | AV |
|---|---|---|---|---|---|
| **Receitas Orçamentárias** | 12 | – | – | – | 0,00% |
| **Transferências Financeiras Recebidas** | | **243.940.598,36** | **166.868.413,96** | **+46,19%** | **71,60%** |
| Resultantes da Execução Orçamentária | | 94.292.687,59 | 51.287.272,53 | +83,85% | 27,68% |
| Cota Recebida | | 94.284.287,59 | 51.287.272,53 | +83,84% | 27,67% |
| Repasse Recebido | | – | – | – | 0,00% |
| Sub-repasse Recebido | | – | – | – | 0,00% |
| Sub-repasse Devolvido | | 8.400,00 | – | – | 0,00% |
| Independentes da Execução Orçamentária | | 149.647.910,77 | 115.581.141,43 | +29,47% | 43,92% |
| Transferências Recebidas para Pagamento de RP | | 138.377.686,71 | 115.269.556,43 | +20,05% | 40,62% |
| Demais Transferências Recebidas | | 54.415,36 | 311.585,00 | -82,54% | 0,02% |
| Movimentação de Saldos Patrimoniais | | 11.215.808,70 | – | – | 3,29% |
| **Recebimentos Extraorçamentários** | | **87.989.190,44** | **69.301.530,22** | **+26,97%** | **25,83%** |
| Inscrição de Restos a Pagar Processados | | 7.867.785,27 | 2.074.016,55 | +279,35% | 2,31% |
| Inscrição de Restos a Pagar Não Processados | | 62.353.923,75 | 59.537.248,00 | +4,73% | 18,30% |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | | 9.279.065,76 | 27.038,78 | +34.217,62% | 2,72% |
| Outros Recebimentos Extraorçamentários | | 8.488.415,66 | 7.663.226,89 | +10,77% | 2,49% |
| Arrecadação de Outra Unidade | | 8.488.415,66 | 7.663.226,89 | +10,77% | 2,49% |
| **Saldo do Exercício Anterior** | 14 | **8.771.022,68** | **25.987.595,26** | **-66,25%** | **2,57%** |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | 8.771.022,68 | 25.987.595,26 | -66,25% | 2,57% |
| **TOTAL** | | **340.700.811,48** | **262.157.539,44** | **+29,96%** | **100,00%** |

## Dispêndios

| ESPECIFICAÇÃO | NE | 30/09/2026 | 30/09/2025 | AH | AV |
|---|---|---|---|---|---|
| **Despesas Orçamentárias** | 12 | **153.893.199,37** | **91.105.878,92** | **+68,92%** | **45,17%** |
| Recursos Não Vinculados | | 139.771.672,90 | 90.285.302,32 | +54,81% | 41,02% |
| Recursos Vinculados | | 14.121.526,47 | 820.576,60 | +1.620,93% | 4,14% |
| Previdência Social (RPPS) | | – | 45.200,00 | -100,00% | 0,00% |
| Fundos, Órgãos e Programas | | 14.121.526,47 | 775.376,60 | +1.721,25% | 4,14% |
| **Transferências Financeiras Concedidas** | | **28.890.705,16** | **22.104.872,69** | **+30,70%** | **8,48%** |
| Resultantes da Execução Orçamentária | | 28.890.705,16 | 21.584.585,57 | +33,85% | 8,48% |
| Repasse Concedido | | 28.882.305,16 | 21.584.585,57 | +33,81% | 8,48% |
| Sub-repasse Concedido | | – | – | – | 0,00% |
| Sub-repasse Devolvido | | 8.400,00 | – | – | 0,00% |
| Independentes da Execução Orçamentária | | – | 520.287,12 | -100,00% | 0,00% |
| Transferências Concedidas para Pagamento de RP | | – | – | – | 0,00% |
| Movimento de Saldos Patrimoniais | | – | 520.287,12 | -100,00% | 0,00% |
| **Pagamentos Extraorçamentários** | | **142.966.930,75** | **125.700.985,20** | **+13,74%** | **41,96%** |
| Pagamento de Restos a Pagar Processados | | 4.729.846,82 | 2.551.229,83 | +85,39% | 1,39% |
| Pagamento de Restos a Pagar Não Processados | | 112.185.021,08 | 116.387.509,86 | -3,61% | 32,93% |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | | 7.232.916,39 | 27.038,78 | +26.650,16% | 2,12% |
| Outros Pagamentos Extraorçamentários | | 18.819.146,46 | 6.735.206,73 | +179,41% | 5,52% |
| Demais Pagamentos | | 18.819.146,46 | 6.735.206,73 | +179,41% | 5,52% |
| **Saldo para o Exercício Seguinte** | 14 | **14.949.976,20** | **23.245.802,63** | **-35,69%** | **4,39%** |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | 14.949.976,20 | 23.245.802,63 | -35,69% | 4,39% |
| **TOTAL** | | **340.700.811,48** | **262.157.539,44** | **+29,96%** | **100,00%** |

# Nota 01 — Caixa e Equivalentes de Caixa

## R$ 14.949.976,20

▲ 70,45% em relação a 31/12/2025

O Caixa e Equivalentes de Caixa são os recursos para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. A tabela a seguir demonstra a composição da conta de Caixa e Equivalentes de Caixa:

| Composição | 30/09/2026 | 31/12/2025 | AH | AV |
|---|---|---|---|---|
| **Moeda Nacional** | **14.949.976,20** | **8.771.022,68** | **+70,45%** | **100,00%** |
| **Caixa** | **12.606.818,78** | **8.369.494,45** | **+50,63%** | **84,33%** |
| Limite de Saque | 12.606.818,78 | 8.369.494,45 | +50,63% | 84,33% |
| **Depósitos Restituíveis** | **2.343.157,42** | **401.528,23** | **+483,56%** | **15,67%** |
| Garantias | 2.343.157,42 | 401.528,23 | +483,56% | 15,67% |
| **Caixa e Equivalentes de Caixa** | **14.949.976,20** | **8.771.022,68** | **+70,45%** | **100,00%** |
| Circulante | 14.949.976,20 | 8.771.022,68 | +70,45% | 100,00% |
| Não Circulante | – | – | – | 0,00% |

### 1.1 Moeda Nacional

- Limite de Saque: corresponde aos recursos disponibilizados às unidades gestoras por meio da descentralização financeira, com vinculação de pagamento, operacionalizada nos termos da Macrofunção Siafi 020303.
- Depósitos Restituíveis (Garantias): refere-se aos valores registrados em Caixa e Equivalentes de Caixa destinados à garantia de contrato (Entidade como fiel depositária).

# Nota 02 — Créditos a Curto e Longo Prazo

## R$ 145.476.341,74

▲ 36,16% em relação a 31/12/2025

A totalidade dos créditos deste grupo está classificada no subgrupo **Demais Créditos e Valores**, que reúne os valores a receber por transações que não se enquadram nos demais grupos do ativo realizável, segregados entre curto e longo prazo conforme o prazo de realização. Os itens a seguir detalham as contas relevantes desse subgrupo.

| Composição | 30/09/2026 | 31/12/2025 | AH | AV |
|---|---|---|---|---|
| Adiantamento TED | 144.852.194,39 | 106.212.087,14 | +36,38% | 99,57% |
| Créditos por Dano ao Patrimônio | 23.536.199,62 | 23.536.199,62 | +0,00% | 16,18% |
| Adiantamento Diversos Concedidos | 259.420,00 | 240.000,00 | +8,09% | 0,18% |
| Adiantamento Concedidos a Pessoal | 144.073,93 | 173.146,50 | -16,79% | 0,10% |
| **Subtotal** | **168.791.887,94** | **130.161.433,26** | **+29,68%** | **116,03%** |
| (-) Ajuste para Perdas | (23.315.546,20) | (23.315.546,20) | +0,00% | -16,03% |
| **Demais Créditos e Valores** | **145.476.341,74** | **106.845.887,06** | **+36,16%** | **100,00%** |
| Circulante | 145.255.688,32 | 106.625.233,64 | +36,23% | 99,85% |
| Não Circulante | 220.653,42 | 220.653,42 | +0,00% | 0,15% |

### 2.1 Valores Decorrentes de Transferências e Parcerias

O adiantamento concedido por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), os créditos decorrentes de danos ao patrimônio e os respectivos ajustes para perdas estão relacionados ao ciclo de transferências e parcerias. A composição, a movimentação e os critérios de mensuração desses saldos são apresentados na Nota Explicativa nº 15 — Transferências e Parcerias, itens 15.1.2.1 e 15.3.

# Nota 03 — Imobilizado

## R$ 42.718.593,57

▲ 6,63% em relação a 31/12/2025

O Ativo Imobilizado é o item tangível (corpóreo, material) que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transferam para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens. O imobilizado está segregado em dois grupos: bens imóveis e bens móveis.

| Composição | 30/09/2026 | 31/12/2025 | AH | AV |
|---|---|---|---|---|
| **Bens Imóveis** | **38.087.805,23** | **38.087.805,23** | **+0,00%** | **89,16%** |
| Custo | 38.087.805,23 | 38.087.805,23 | +0,00% | 89,16% |
| **Bens Móveis** | **4.630.788,34** | **1.973.441,20** | **+134,66%** | **10,84%** |
| Custo | 5.243.624,50 | 2.238.372,26 | +134,26% | 12,27% |
| (-) Depreciação | (612.836,16) | (264.931,06) | -131,32% | -1,43% |
| **Imobilizado** | **42.718.593,57** | **40.061.246,43** | **+6,63%** | **100,00%** |
| Circulante | – | – | – | 0,00% |
| Não Circulante | 42.718.593,57 | 40.061.246,43 | +6,63% | 100,00% |

### 3.1 Bens Imóveis

Compreende os bens vinculados ao terreno que não podem ser retirados sem destruição ou danos.

Os imóveis de uso especial, destinados à execução de serviços administrativos ou à prestação de serviços públicos em geral, são registrados e gerenciados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), integrado ao SIAFI. A depreciação, entretanto, é registrada diretamente no SIAFI, por meio de arquivo encaminhado à Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

O valor depreciado dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente no âmbito da SPU sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

### 3.1.1 Movimentação dos Bens Imóveis

A tabela a seguir decompõe a variação do saldo dos bens imóveis no exercício: parte do saldo de abertura, apresenta as adições, baixas, reavaliações, transferências e a depreciação apropriada, e chega ao saldo na data-base.

| Composição | Saldo Inicial | Adição | Baixa | Reavaliação | Transferência | Depreciação | Saldo Final | AV |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Terrenos/Glebas | 36.490.233,68 | – | – | – | – | – | 36.490.233,68 | 95,81% |
| Casas | 1.581.121,46 | – | – | – | – | – | 1.581.121,46 | 4,15% |
| Terrenos | – | – | – | – | 16.450,09 | – | 16.450,09 | 0,04% |
| Terrenos/Glebas | 16.450,09 | – | – | – | (16.450,09) | – | – | 0,00% |
| **Bens Imóveis** | **38.087.805,23** | – | – | – | – | – | **38.087.805,23** | **100,00%** |

## 3.2 Bens Móveis

Compreende os bens que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.

Os bens móveis são registrados e gerenciados no Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), totalmente integrado ao SIAFI. As informações relativas à depreciação dos bens móveis são apuradas pelo SIADS, que utiliza, como regra de cálculo, os seguintes parâmetros:

- Método das cotas constantes;
- Tabela de vida útil e de valor residual estabelecida para cada conta contábil pela Coordenação-Geral de Contabilidade/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, Assunto 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

### 3.2.1 Movimentação dos Bens Móveis

A tabela a seguir decompõe a variação do saldo dos bens móveis no exercício: parte do saldo de abertura, apresenta as adições, baixas, reavaliações, transferências e a depreciação apropriada, e chega ao saldo na data-base.

| Composição | Saldo Inicial | Adição | Baixa | Reavaliação | Transferência | Depreciação | Saldo Final | AV |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Estoque Interno | – | 2.200.809,12 | – | – | – | – | 2.200.809,12 | 47,53% |
| Equip. de Tecnol. da Infor. e Comunicação/TIC | 1.003.296,81 | 758.293,78 | – | – | – | (216.441,22) | 1.545.149,37 | 33,37% |
| Mobiliário em Geral | 539.295,87 | 5.937,96 | – | – | (18.680,43) | (71.805,68) | 454.747,72 | 9,82% |
| Aparelhos e Equipamentos de Comunicação | 238.452,49 | 4.494,70 | – | – | – | (19.792,18) | 223.155,01 | 4,82% |
| Veículos em Geral | 87.200,76 | – | – | – | – | (4.530,60) | 82.670,16 | 1,79% |
| Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto | 6.548,44 | 54.774,85 | – | – | – | (821,00) | 60.502,29 | 1,31% |
| Aparelhos e Utensílios Domésticos | 49.476,57 | 3.576,70 | – | – | (304,00) | (3.988,83) | 48.760,44 | 1,05% |
| Veículos de Tração Mecânica | – | – | – | – | – | (33.011,79) | (33.011,79) | -0,71% |
| Máquinas e Equipamentos Eletroeletrônicos | 27.748,37 | 369,00 | – | – | – | (319,86) | 27.797,51 | 0,60% |
| Máquinas e Equipamentos Gráficos | 15.842,60 | – | – | – | – | (757,08) | 15.085,52 | 0,33% |
| Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos | 2.371,16 | – | – | – | – | (305,01) | 2.066,15 | 0,04% |
| Equipamentos Hidráulicos e Elétricos | 1.130,00 | – | – | – | – | (145,89) | 984,11 | 0,02% |
| Utensílios em Geral | 950,46 | – | – | – | – | – | 950,46 | 0,02% |
| Máquinas e Equipamentos Energéticos | 761,40 | – | – | – | – | – | 761,40 | 0,02% |
| Máquinas e Utensílios de Escritório | 254,25 | – | – | – | – | (5,40) | 248,85 | 0,01% |
| Obras de Arte e Peças para Exposição | 112,02 | – | – | – | – | – | 112,02 | 0,00% |
| **Bens Móveis** | **1.973.441,20** | **3.028.256,11** | **–** | **–** | **(18.984,43)** | **(351.924,54)** | **4.630.788,34** | **100,00%** |

# Nota 04 — Intangível

## R$ 5.764.343,14

▲ 19,80% em relação a 31/12/2025

O Intangível compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, reconhecidos e mensurados conforme as normas aplicáveis ao setor público. No MMulheres o saldo é composto integralmente por softwares.

| Composição | 30/09/2026 | 31/12/2025 | AH | AV |
|---|---|---|---|---|
| Custo | 5.764.343,14 | 4.811.666,67 | +19,80% | 100,00% |
| **Intangível** | **5.764.343,14** | **4.811.666,67** | **+19,80%** | **100,00%** |
| Circulante | – | – | – | 0,00% |
| Não Circulante | 5.764.343,14 | 4.811.666,67 | +19,80% | 100,00% |

Os softwares são reconhecidos pelo custo de aquisição ou de desenvolvimento e apresentados líquidos da amortização acumulada, quando aplicável.

A metodologia para amortização dos bens com vida útil definida tem como base de cálculo o custo do ativo intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o de quotas constantes.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. A avaliação de vida útil indefinida deve ser revisada periodicamente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida deve ser realizada de forma prospectiva.

Aplicam-se ao intangível os mesmos critérios de redução ao valor recuperável descritos no tópico Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis, conforme a Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável.

## 4.1 Movimentação do Intangível

A tabela a seguir apresenta a composição do intangível e decompõe a variação do seu saldo no período: parte do saldo de abertura do exercício, apresenta as adições, baixas, reavaliações, transferências e a amortização apropriada, e chega ao saldo de fechamento.

| Composição | Vida Útil | Saldo Inicial | Adição | Baixa | Reavaliação | Transferência | Amortização | Saldo Final | AV |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Softwares | Vida Útil Definida | 4.811.666,67 | 952.676,47 | – | – | – | – | 5.764.343,14 | 100,00% |
| **Intangível** | | **4.811.666,67** | **952.676,47** | – | – | – | – | **5.764.343,14** | **100,00%** |

# Nota 05 — Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

## R$ 3.312.295,47

▼ 5,63% em relação a 31/12/2025

As obrigações de natureza trabalhista, previdenciária e assistencial registradas pelo MMulheres estão descritas na tabela abaixo:

| Composição | 30/09/2026 | 31/12/2025 | AH | AV |
|---|---|---|---|---|
| Salários, remunerações e benefícios | 2.557.358,86 | 3.169.177,49 | -19,31% | 77,21% |
| Décimo Terceiro Salário | 258.256,54 | – | – | 7,80% |
| INSS Contribuição | 229.021,10 | 229.665,33 | -0,28% | 6,91% |
| Encargos | 180.717,06 | – | – | 5,46% |
| Férias a Pagar | 72.003,93 | 95.282,69 | -24,43% | 2,17% |
| Benefícios Previdenciários | 14.937,98 | 15.867,90 | -5,86% | 0,45% |
| **Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias** | **3.312.295,47** | **3.509.993,41** | **-5,63%** | **100,00%** |
| Circulante | 3.312.295,47 | 3.509.993,41 | -5,63% | 100,00% |
| Não Circulante | – | – | – | 0,00% |

O montante apresentado em 30/09/2026 decorre do fato de as Ordens Bancárias (OB) geradas a partir de um documento hábil do tipo “FL” (folha) serem emitidas apenas no primeiro dia útil subsequente (D+1).

A rotina do pagamento de pessoal ativo e inativo ocorre da seguinte forma: a despesa orçamentária é liquidada na última semana de cada mês e a Ordem de Pagamento (OP) é feita no último dia útil. Entretanto, a Ordem Bancária (OB) só é gerada no primeiro dia útil subsequente ao pagamento, quando ocorre a baixa dos recursos financeiros e a quitação da obrigação.

# Nota 06 — Transferências Fiscais

## R$ 26.950.028,05

▲ 23,86% em relação a 31/12/2025

Compreendem recursos a serem transferidos entre os entes da Federação, às entidades do setor privado ou referentes aos repasses para execução orçamentária.

| Composição | 30/09/2026 | 31/12/2025 | AH | AV |
|---|---|---|---|---|
| Transferências Discricionárias | 26.950.028,05 | 21.758.741,94 | +23,86% | 100,00% |
| **Transferências Fiscais** | **26.950.028,05** | **21.758.741,94** | **+23,86%** | **100,00%** |
| Circulante | 26.950.028,05 | 21.758.741,94 | +23,86% | 100,00% |
| Não Circulante | – | – | – | 0,00% |

As Transferências discricionárias registram os valores a serem transferidos que não têm obrigatoriedade, por isso deve-se celebrar um instrumento jurídico (convênios, termos de fomento, termos de colaboração e contratos de repasse) entre as partes envolvidas, uma concedente e outra beneficiária.

# Nota 07 — Demais Obrigações

## R$ 28.329.282,92

▲ 210,08% em relação a 31/12/2025

As Demais Obrigações compreendem as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusos nos subgrupos anteriores do Passivo.

| Composição | 30/09/2026 | 31/12/2025 | AH | AV |
|---|---|---|---|---|
| TED | 24.249.731,47 | 7.878.486,17 | +207,80% | 85,60% |
| Depósitos Judiciais e Não Judiciais | 2.343.157,42 | 401.528,23 | +483,56% | 8,27% |
| Consignações | 1.628.178,85 | 852.569,11 | +90,97% | 5,75% |
| Devoluções de Convênios | 104.520,18 | – | – | 0,37% |
| Diárias a Pagar | 3.495,00 | 3.495,00 | +0,00% | 0,01% |
| Indenizações, Restituições e Compensações | 200,00 | – | – | 0,00% |
| **Demais Obrigações** | **28.329.282,92** | **9.136.078,51** | **+210,08%** | **100,00%** |
| Circulante | 28.329.282,92 | 9.136.078,51 | +210,08% | 100,00% |
| Não Circulante | – | – | – | 0,00% |

### 7.1 Valores Decorrentes de Transferências e Parcerias

Duas composições deste grupo decorrem do ciclo de transferências e parcerias e não de obrigações próprias da entidade:

- Devoluções de Convênios e Instrumentos Congêneres: Correspondem aos recursos restituídos pelos convenentes, relativos a saldos não aplicados ao término da vigência ou a valores glosados na análise da prestação de contas. Esses valores permanecem registrados em conta de valores em trânsito, com natureza exigível, até sua classificação definitiva. Não se confundem com a recuperação de créditos previamente apurados, cujo tratamento contábil segue os procedimentos descritos no item 15.3.
- Transferências Financeiras a Comprovar por Termo de Execução Descentralizada (TED): Registram, no passivo, os valores recebidos de outros órgãos cuja execução ainda não foi comprovada.

# Nota 08 — Patrimônio Líquido

## R$ 149.442.538,63

▲ 18,53% em relação a 31/12/2025

O Patrimônio Líquido está detalhado de acordo com a tabela abaixo:

| Composição | 30/09/2026 | 31/12/2025 | AH | AV |
|---|---|---|---|---|
| Resultados de Exercícios Anteriores | 126.085.008,98 | 112.645.112,11 | +11,93% | 84,37% |
| Resultado do Exercício | 24.726.005,15 | 13.478.326,32 | +83,45% | 16,55% |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | (1.368.475,50) | (38.429,45) | -3.461,01% | -0,92% |
| **Patrimônio Líquido** | **149.442.538,63** | **126.085.008,98** | **+18,53%** | **100,00%** |

# Nota 09 — Controles Contábeis

Os controles contábeis evidenciam os atos potenciais ativos e passivos que podem, no futuro, afetar o patrimônio da entidade.

## 9.1 Atos Potenciais Ativos

**R$ 254.033.117,28**

▼ 4,39% em relação a 31/12/2025

| Composição | 30/09/2026 | 31/12/2025 | AH | AV |
|---|---|---|---|---|
| **Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres** | **249.311.473,48** | **265.682.718,78** | **-6,16%** | **98,14%** |
| A Receber | 249.311.473,48 | 265.682.718,78 | -6,16% | 98,14% |
| **Garantias e Contragarantias Recebidas** | **4.711.643,80** | – | – | **1,85%** |
| Seguros-Garantia a Executar | 4.711.643,80 | – | – | 1,85% |
| **Direitos Contratuais** | **10.000,00** | **10.000,00** | **+0,00%** | **0,00%** |
| Contratos de Servicos em Execucao | 10.000,00 | 10.000,00 | +0,00% | 0,00% |
| **Total** | **254.033.117,28** | **265.692.718,78** | **-4,39%** | **100,00%** |

## 9.2 Atos Potenciais Passivos

**R$ 908.342.757,35**

▼ 7,53% em relação a 31/12/2025

| Composição | 30/09/2026 | 31/12/2025 | AH | AV |
|---|---|---|---|---|
| **Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres** | **508.476.174,26** | **549.517.145,40** | **-7,47%** | **55,98%** |
| Convenios e Instrum Congeneres a Liberar | 462.846.367,25 | 521.753.958,25 | -11,29% | 50,96% |
| A Repassar | 45.629.807,01 | 27.763.187,15 | +64,35% | 5,02% |
| **Obrigações Contratuais** | **399.866.583,09** | **432.800.578,06** | **-7,61%** | **44,02%** |
| Contratos de Servicos em Execucao | 399.291.583,09 | 432.225.578,06 | -7,62% | 43,96% |
| A Liberar | 575.000,00 | 575.000,00 | +0,00% | 0,06% |
| **Total** | **908.342.757,35** | **982.317.723,46** | **-7,53%** | **100,00%** |

### 9.2.1 Atos Potenciais de Transferências e Parcerias

Os saldos relativos a convênios, termos de fomento, termos de colaboração, acordos e termos de execução descentralizada estão evidenciados na Nota 15 — Transferências e Parcerias, item 15.1, para onde foi transferido o detalhamento anteriormente apresentado neste item. Permanecem aqui as demais obrigações contratuais, que não integram o ciclo de transferências e parcerias.

# Nota 10 — Consolidação Intragovernamental

**R$ 393.973.730,12**

▲ 50,82% em relação a 30/09/2025

A consolidação intragovernamental elimina a duplicidade que a descentralização de recursos financeiros introduz quando as demonstrações são analisadas no nível do órgão. Esta nota apresenta o motivo, a regra aplicada e o efeito sobre os três demonstrativos em que as mesmas transferências aparecem: a Demonstração das Variações Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Balanço Financeiro.

## 10.1 Por que as contas ficam superavaliadas

A descentralização de recursos financeiros, no âmbito do MMulheres, ocorre através do Limite de Saque, que permite a vinculação de recursos às respectivas despesas. A operacionalização do Limite de Saque está prevista na Macrofunção Siafi 020303.

No Siafi, os lançamentos contábeis da descentralização e vinculação de recursos são executados mediante a utilização de contas contábeis intragovernamentais: a unidade que concede o recurso registra uma variação patrimonial diminutiva e a unidade que o recebe registra uma variação patrimonial aumentativa, pelo mesmo fato.

Conforme mencionado anteriormente, o Siafi não está parametrizado para realizar a consolidação a nível de Órgão/Ministério, mas apenas no nível do Balanço Geral da União. Em decorrência disso, as contas de VPA e VPD se apresentam superavaliadas devido à rotina de descentralização de recursos financeiros. Ressalta-se que ocorre a descentralização da Setorial Orçamentária e Financeira para a UG beneficiária do recurso.

## 10.2 Critério de consolidação adotado

Nos moldes da NBC TSP – Estrutura Conceitual, para que a informação contábil seja útil, ela deve retratar a essência ou a substância das transações, bem como corresponder fielmente aos fatos econômicos que pretende representar. Essa setorial realizou a consolidação da demonstração contábil, evitando-se assim a superavaliação nas contas VPA e VPD.

São compensadas ou eliminadas as transações que possuem o 5º nível da conta contábil igual a 2 (“intragovernamental”). A eliminação é feita par a par — cota concedida com cota recebida, repasse concedido com repasse recebido, e assim por diante — pelo menor dos dois valores, que corresponde à parcela efetivamente duplicada dentro do órgão. O excedente de um dos lados permanece, porque representa transação com unidade externa ao MMulheres.

### Quadro de eliminação, par a par

| | 30/09/2026 | | |
|---|---|---|---|
| **Transferência intragovernamental** | **VPA** | **VPD** | **Eliminação** |
| Cota | 94.284.287,59 | – | – |
| Repasse | 14.123.691,33 | 43.005.996,49 | (14.123.691,33) |
| Sub-repasse | 153.800.426,46 | 153.800.426,46 | (153.800.426,46) |
| Sub-repasse devolvido | 8.400,00 | 8.400,00 | (8.400,00) |
| Transferências para pagamento de RP | 355.845.159,54 | 217.467.472,83 | (217.467.472,83) |
| Demais transferências | 54.415,36 | – | – |
| Movimento de saldos patrimoniais | 19.789.548,20 | 8.573.739,50 | (8.573.739,50) |
| Movimentações de variação patrimonial | 952.676,47 | – | – |
| **Total eliminado** | | | **(393.973.730,12)** |

| | 30/09/2025 | | |
|---|---|---|---|
| **Transferência intragovernamental** | **VPA** | **VPD** | **Eliminação** |
| Cota | 51.287.272,53 | – | – |
| Repasse | 5.190,61 | 21.589.776,18 | (5.190,61) |
| Sub-repasse | 50.256.463,42 | 50.256.463,42 | (50.256.463,42) |
| Sub-repasse devolvido | – | – | – |
| Transferências para pagamento de RP | 319.082.754,45 | 203.813.198,02 | (203.813.198,02) |
| Demais transferências | 311.585,00 | – | – |
| Movimento de saldos patrimoniais | 7.142.939,77 | 7.663.226,89 | (7.142.939,77) |
| Movimentações de variação patrimonial | – | – | – |
| **Total eliminado** | | | **(261.217.791,82)** |

## 10.3 Efeito sobre os demonstrativos

A eliminação é apurada uma única vez, par a par, e incide nos três demonstrativos em que as mesmas transferências são registradas. Na Demonstração das Variações Patrimoniais ela sai das VPA e das VPD; na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dos ingressos e dos desembolsos operacionais; no Balanço Financeiro, das transferências financeiras recebidas e concedidas, linha a linha.

Em todos os casos a eliminação incide na mesma medida dos dois lados. Por isso o resultado patrimonial, a geração líquida de caixa e o resultado financeiro do período permanecem inalterados: o que muda é a dimensão bruta das grandezas, não o resultado.

A eliminação da DVP e as eliminações do BF e da DFC não são necessariamente iguais. Há transferência intragovernamental que é movimentação patrimonial sem trânsito de caixa: ela é eliminada na DVP, mas não tem linha correspondente na DFC nem no BF, e por isso não é eliminada neles. A diferença entre as duas eliminações é exatamente a soma desses pares.

## Efeito sobre os demonstrativos

| | 30/09/2026 | | |
|---|---|---|---|
| **Demonstrativos** | **Original** | **Ajuste** | **Consolidado** |
| VPA (DVP) | 691.230.417,22 | (393.973.730,12) | 297.256.687,10 |
| VPD (DVP) | 666.504.412,07 | (393.973.730,12) | 272.530.681,95 |
| **Resultado Patrimonial** | **24.726.005,15** | – | **24.726.005,15** |
| Ingressos operacionais (DFC) | 655.673.409,90 | (393.973.730,12) | 261.699.679,78 |
| Desembolsos operacionais (DFC) | (644.138.403,59) | 393.973.730,12 | (250.164.673,47) |
| **Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa** | **6.178.953,52** | – | **6.178.953,52** |
| Total de ingressos (BF) | 734.666.141,60 | (393.965.330,12) | 340.700.811,48 |
| Total de dispêndios (BF) | 734.666.141,60 | (393.965.330,12) | 340.700.811,48 |
| **Resultado Financeiro** | **6.178.953,52** | – | **6.178.953,52** |

| | 30/09/2025 | | |
|---|---|---|---|
| **Demonstrativos** | **Original** | **Ajuste** | **Consolidado** |
| VPA (DVP) | 479.376.681,81 | (261.217.791,82) | 218.158.889,99 |
| VPD (DVP) | 456.749.855,39 | (261.217.791,82) | 195.532.063,57 |
| **Resultado Patrimonial** | **22.626.826,42** | – | **22.626.826,42** |
| Ingressos operacionais (DFC) | 435.776.471,45 | (261.217.791,82) | 174.558.679,63 |
| Desembolsos operacionais (DFC) | (438.446.864,08) | 261.217.791,82 | (177.229.072,26) |
| **Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa** | **(2.741.792,63)** | – | **(2.741.792,63)** |
| Total de ingressos (BF) | 523.375.331,26 | (261.217.791,82) | 262.157.539,44 |
| Total de dispêndios (BF) | 523.375.331,26 | (261.217.791,82) | 262.157.539,44 |
| **Resultado Financeiro** | **(2.741.792,63)** | – | **(2.741.792,63)** |

# Nota 11 — Resultado Patrimonial

## R$ 24.726.005,15

▲ 9,28% em relação a 30/09/2025

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). O resultado patrimonial apurado em 30/09/2026 foi **superavitário**, conforme demonstrado na tabela abaixo.

| Composição | 30/09/2026 | 30/09/2025 | AH |
|---|---|---|---|
| Variações Patrimoniais Aumentativas | 297.256.687,10 | 218.158.889,99 | +36,26% |
| Variações Patrimoniais Diminutivas | 272.530.681,95 | 195.532.063,57 | +39,38% |
| **Resultado Patrimonial** | **24.726.005,15** | **22.626.826,42** | **+9,28%** |

Os valores das variações aumentativas e diminutivas apresentados nesta nota são os consolidados: como o Siafi não consolida no nível de Órgão/Ministério, a rotina de descentralização por Limite de Saque duplicaria os dois grupos, e essa duplicidade foi eliminada.

Como a mesma quantia é subtraída da VPA e da VPD, a consolidação não altera o resultado patrimonial do período: corrige a escala das variações, não o seu confronto.

O critério de eliminação, o quadro par a par e os valores antes da consolidação estão na Nota 10 — Consolidação Intragovernamental.

### 11.1 Variações Patrimoniais Aumentativas — VPA

As variações patrimoniais aumentativas – VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o MMulheres e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

| Composição | 30/09/2026 | 30/09/2025 | AH | AV |
|---|---|---|---|---|
| Transferências e Delegações Recebidas | 245.712.321,82 | 169.096.269,30 | +45,31% | 82,66% |
| Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos | 43.055.949,62 | 27.762.812,93 | +55,08% | 14,48% |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | 8.487.109,34 | 21.299.807,76 | -60,15% | 2,86% |
| Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos | 1.306,32 | – | – | 0,00% |
| **Total** | **297.256.687,10** | **218.158.889,99** | **+36,26%** | **100,00%** |

## 11.2 Variações Patrimoniais Diminutivas — VPD

As variações patrimoniais diminutivas – VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o MMulheres, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

| Composição | 30/09/2026 | 30/09/2025 | AH | AV |
|---|---|---|---|---|
| Transferências e Delegações Concedidas | 169.572.545,51 | 135.975.837,04 | +24,71% | 62,22% |
| Uso de Bens, Serviços e Cons de Capital Fixo | 60.601.060,91 | 28.802.811,08 | +110,40% | 22,24% |
| Pessoal e Encargos Sociais | 21.485.157,12 | 18.333.335,42 | +17,19% | 7,88% |
| Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos | 20.787.087,67 | 12.354.548,00 | +68,25% | 7,63% |
| Demais Contas | 84.830,74 | 65.532,03 | +29,45% | 0,01% |
| **Total** | **272.530.681,95** | **195.532.063,57** | **+39,38%** | **100,00%** |

# Nota 12 — Resultado Orçamentário

**-R$ 153.893.199,37**

▼ 68,92% em relação a 30/09/2025

| Dotação atualizada | Despesas empenhadas | Execução da dotação | Despesas liquidadas | Despesas pagas |
|---|---|---|---|---|
| R$ 389,7 mi | R$ 153,8 mi | 39,49% | R$ 91,5 mi | R$ 83,6 mi |

O resultado orçamentário é apurado a partir do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no exercício, conforme o critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

| Composição | 30/09/2026 | 30/09/2025 | AH |
|---|---|---|---|
| **Resultado Corrente** | **(108.511.711,24)** | **(88.437.502,32)** | **-22,70%** |
| Receitas Correntes realizadas | – | – | – |
| (-) Despesas Correntes empenhadas | (108.511.711,24) | (88.437.502,32) | -22,70% |
| **Resultado de Capital** | **(45.381.488,13)** | **(2.668.376,60)** | **-1.600,72%** |
| Receitas De Capital realizadas | – | – | – |
| (-) Despesas De Capital empenhadas | (45.381.488,13) | (2.668.376,60) | -1.600,72% |
| **Resultado Orçamentário** | **(153.893.199,37)** | **(91.105.878,92)** | **-68,92%** |

Em 30/09/2026, o resultado orçamentário foi **deficitário** em R$ 153,8 milhões, conforme a tabela acima.

Conforme evidenciado no Balanço Orçamentário, o empenho de despesas atingiu 39,49% da dotação atualizada. Por sua vez, não há realização das receitas.

# Nota 13 — Geração Líquida de Caixa e Equival. de Caixa

## R$ 6.178.953,52

▲ 325,36% em relação a 30/09/2025

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa corresponde à variação líquida entre os fluxos de entrada e saída de recursos ao longo do período. Em 30/09/2026, essa variação foi **positiva** em R$ 6,1 milhões.

| Composição | 30/09/2026 | 30/09/2025 | AH |
|---|---|---|---|
| Atividades Operacionais | 11.535.006,31 | (2.670.392,63) | +531,96% |
| Atividades de Investimento | (5.356.052,79) | (71.400,00) | -7.401,47% |
| Atividades de Financiamento | – | – | – |
| **Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa** | **6.178.953,52** | **(2.741.792,63)** | **+325,36%** |

Os valores desta nota são os consolidados: as transferências intragovernamentais decorrentes da descentralização por Limite de Saque foram eliminadas dos ingressos e dos desembolsos operacionais, na mesma medida. Por isso a geração líquida de caixa não se altera — o que muda é a dimensão bruta dos fluxos. O critério está na Nota 10.

### 13.1 Atividades Operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais em 30/09/2026 apresentou saldo positivo de R$ 11,5 milhões, decorrente principalmente dos ingressos de transferências financeiras recebidas e de outros ingressos extraorçamentários; e dos desembolsos para direitos da cidadania e transferências concedidas.

### 13.2 Atividades de Investimento

A geração líquida de caixa nas atividades de investimento foi negativa em R$ 5,3 milhões.

### 13.3 Atividades de Financiamento

A geração líquida de caixa das atividades de financiamento não teve impacto no resultado consolidado.

# Nota 14 — Resultado Financeiro

## R$ 6.178.953,52

▲ 325,36% em relação a 30/09/2025

O resultado financeiro é composto pelo resultado orçamentário (receitas menos despesas orçamentárias), somado ao resultado das transferências financeiras (recebidas menos concedidas) e ainda ao resultado extraorçamentário (recebimentos menos pagamentos extraorçamentários, incluindo os restos a pagar).

Em 30/09/2026, o resultado financeiro foi **superavitário** em R$ 6,1 milhões, e sua formação é detalhada na tabela abaixo.

| Composição | 30/09/2026 | 30/09/2025 | AH |
|---|---|---|---|
| Resultado Orçamentário | (153.893.199,37) | (91.105.878,92) | -68,92% |
| Resultado das Transferências Financeiras | 215.049.893,20 | 144.763.541,27 | +48,55% |
| Resultado Extraorçamentário | (54.977.740,31) | (56.399.454,98) | +2,52% |
| **Resultado Financeiro** | **6.178.953,52** | **(2.741.792,63)** | **+325,36%** |

Os valores desta nota são os consolidados: as transferências intragovernamentais foram eliminadas dos ingressos e dos dispêndios, na mesma medida, e por isso o resultado financeiro do período não se altera. O critério está na Nota 10.

# Nota 15 — Transferências e Parcerias

São repasses de recursos financeiros do governo federal para estados, municípios, Distrito Federal e entidades privadas sem fins lucrativos, gerenciados de forma centralizada por meio do portal oficial Transferegov.br (antiga Plataforma +Brasil/Siconv), além dos instrumentos de descentralização de créditos entre órgãos e entidades da própria Administração Pública Federal (Termo de Execução Descentralizada).

A presente nota reúne, em um único bloco, os saldos e as políticas contábeis relacionados às transferências e parcerias concedidas pelo Ministério das Mulheres, às responsabilidades apuradas em processos de tomada de contas especial e aos adiantamentos concedidos por meio de TED.

Os saldos aqui reunidos estão distribuídos por naturezas contábeis distintas — contas de controle, no caso das obrigações conveniadas e contratuais e dos diversos responsáveis, e ativo circulante e realizável a longo prazo, no caso dos adiantamentos e dos créditos apurados. A apresentação conjunta se justifica porque os saldos decorrem de um mesmo ciclo, e a leitura separada por natureza dispersaria a informação. Cada quadro continua conferido contra a sua própria origem, e a nota de Créditos a Curto e Longo Prazo passa apenas a remeter a esta nota quanto a esses saldos.

## 15.1 Transferências Concedidas

**R$ 1.159.567.115,47**

▲ 9,97% em relação a 31/12/2025

Enquanto a prestação de contas estiver em curso ou em análise, o valor permanecerá registrado nas contas de controle de transferências concedidas. Nos convênios e parcerias, a variação patrimonial diminutiva é reconhecida no momento da transferência dos recursos ao convenente ou parceiro; nos TED, o valor repassado é registrado como adiantamento no ativo até a comprovação da execução do objeto (item 15.1.2.1). O estoque de que trata este item é, portanto, um indicador de controle e de risco de inadimplência de prestação de contas, e não um ativo a receber, o qual somente se configura com a imputação de débito ao responsável (item 15.3).

Aplicam-se as disposições da Lei nº 13.019/2014, dos Decretos nº 3.100/1999, 8.726/2016, 10.426/2020 e 11.531/2023, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023 e da Macrofunção SIAFI 02.03.07 — Transferências Voluntárias, que disciplinam a celebração de convênios, termos de fomento, termos de colaboração, termos de parceria, termos de execução descentralizada, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres com repasse de recursos da União. A formalização, a liberação de parcelas e a análise das prestações de contas são operacionalizadas de forma centralizada pelo Transferegov.br.

O estoque de prestações de contas do órgão, na data-base e no encerramento do exercício anterior, é o total comum aos quadros deste item. Os dois quadros seguintes recortam esse mesmo universo por dois critérios: tipo de instrumento e situação do saldo em conta combinada com o ano de encerramento da vigência.

### 15.1.1 Estoque por tipo de instrumento

A execução de valores relacionados a convênios e outros instrumentos congêneres envolve a formalização de parcerias entre a administração pública e entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse comum. Esses instrumentos possibilitam a transferência de recursos financeiros para a execução de projetos e ações que contribuam para o desenvolvimento social, econômico e institucional.

O primeiro quadro distribui o estoque pelo tipo de instrumento celebrado, na classificação do Transferegov.br: contrato de repasse, termo de fomento, termo de execução descentralizada, convênio, acordo de cooperação técnica e acordo de transferência a organismos internacionais. A leitura por tipo antecede a leitura por idade porque tipos distintos têm ciclos de prestação de contas distintos, e o mesmo tempo decorrido não significa a mesma coisa em cada um.

| Composição | 30/09/2026 | 31/12/2025 | AH | AV |
|---|---|---|---|---|
| Contrato de Repasse | 439.348.240,70 | 388.490.504,25 | +13,09% | 37,89% |
| Termo de Fomento | 327.258.071,53 | 309.085.178,67 | +5,88% | 28,22% |
| Termo de Execução Descentralizada | 190.482.001,40 | 133.975.274,29 | +42,18% | 16,43% |
| Convênio | 149.374.041,26 | 169.740.766,96 | -12,00% | 12,88% |
| Acordo de Cooperação Técnica | 45.787.685,00 | 45.787.685,00 | +0,00% | 3,95% |
| Acordo de Transferência a Organismos Internacionais | 5.924.567,72 | 5.924.567,72 | +0,00% | 0,51% |
| Sem Informação | 1.392.507,86 | 1.392.507,86 | +0,00% | 0,12% |
| **Total** | **1.159.567.115,47** | **1.054.396.484,75** | **+9,97%** | **100,00%** |

### 15.1.2 Estoque por situação do saldo em conta

O segundo quadro classifica o mesmo universo pelo ano de encerramento da vigência do instrumento, e não pelo ano de celebração nem pelo de transferência dos recursos: é o fim da vigência que abre o prazo para a apresentação da prestação de contas e, portanto, é ele que indica há quanto tempo cada valor aguarda análise. As faixas seguem ordem cronológica, a partir da primeira com saldo, encerrando, quando houver, com os instrumentos ainda vigentes na data-base e com aqueles cuja data de fim de vigência não consta da extração.

O quadro depende de duas datas-base, a data dos saldos, extraídos do SIAFI no encerramento da competência e a data das vigências, capturada no Transferegov.br. Assim os saldos por faixa podem diferir de outras extrações sem que o total se altere, e o total é o mesmo dos demais quadros deste item.

A coluna do exercício anterior não apresenta faixa de vencidas no exercício corrente porque, naquela data-base, os instrumentos com vigência a encerrar naquele exercício integravam a faixa a vencer; a comparação horizontal dessas duas linhas, isoladamente, não representa variação de saldo.

Nem todas as etapas do ciclo integram o saldo dos atos potenciais passivos evidenciado no Quadro das Contas de Compensação do Balanço Patrimonial. O demonstrativo apresenta apenas o saldo das contas a liberar e a repassar, sendo necessário acrescentar os saldos a comprovar e a aprovar para evidenciar a totalidade dos valores pendentes.

O quadro a seguir apresenta o saldo contábil dos atos potenciais passivos relativos às transferências e parcerias, aos TED e aos acordos de transferência a organismos internacionais, segregado por situação do saldo em conta. As situações apresentadas correspondem às contas de controle do balancete do órgão, e é contra elas que o quadro é conferido.

A soma das contas de controle relacionadas totaliza os mesmos valores do quadro 15.1.1. Não integram este item as etapas já encerradas do ciclo — aprovado, comprovado, concluído, extinto, impugnado, inadimplência efetiva e suspensa e valor não repassado ou devolvido —, cujos saldos permanecem registrados em contas próprias do mesmo grupo.

O cruzamento das duas leituras — situação do saldo e ano de encerramento da vigência — mostra onde está concentrado o risco de inadimplência: na parcela do estoque já repassada que aguarda comprovação, em especial a de instrumentos com vigência encerrada há mais de um exercício.

| Composição | 30/09/2026 | 31/12/2025 | AH | AV |
|---|---|---|---|---|
| **A Liberar e a Repassar** | **509.051.174,26** | **550.092.145,40** | **-7,46%** | **43,90%** |
| 2008 a 2012 | 642.104,00 | 642.104,00 | +0,00% | 0,06% |
| 2013 a 2018 | 991.973,66 | 991.973,66 | +0,00% | 0,09% |
| 2019 a 2024 | 7.507.423,05 | 8.233.744,73 | -8,82% | 0,65% |
| em 2025 | 11.541.167,47 | 17.327.827,61 | -33,40% | 1,00% |
| em 2026 | 24.488.304,54 | – | – | 2,11% |
| A Vencer | 463.305.201,54 | 522.321.495,40 | -11,30% | 39,96% |
| Sem Informação | 575.000,00 | 575.000,00 | +0,00% | 0,05% |
| **A Comprovar** | **620.209.834,21** | **456.412.312,61** | **+35,89%** | **53,49%** |
| 2008 a 2012 | 21.663,71 | 994.396,48 | -97,82% | 0,00% |
| 2013 a 2018 | 32.090.984,63 | 36.080.330,39 | -11,06% | 2,77% |
| 2019 a 2024 | 84.790.211,63 | 88.093.778,46 | -3,75% | 7,31% |
| em 2025 | 106.550.073,53 | 108.998.631,53 | -2,25% | 9,19% |
| em 2026 | 108.036.386,56 | – | – | 9,32% |
| A Vencer | 283.370.946,43 | 216.895.608,03 | +30,65% | 24,44% |
| Sem Informação | 5.349.567,72 | 5.349.567,72 | +0,00% | 0,46% |
| **A Aprovar** | **30.306.107,00** | **47.892.026,74** | **-36,72%** | **2,61%** |
| 2008 a 2012 | 1.826.681,26 | 3.383.672,45 | -46,01% | 0,16% |
| 2013 a 2018 | 6.879.632,48 | 12.607.281,76 | -45,43% | 0,59% |
| 2019 a 2024 | 20.251.235,26 | 31.637.412,13 | -35,99% | 1,75% |
| em 2025 | 1.348.558,00 | – | – | 0,12% |
| Sem Informação | – | 263.660,40 | -100,00% | 0,00% |
| **Total** | **1.159.567.115,47** | **1.054.396.484,75** | **+9,97%** | **100,00%** |

### 15.1.2.1 Adiantamento — TED

Nos termos do Decreto nº 10.426/2020, que rege os Termos de Execução Descentralizada — TED, o valor repassado é registrado como adiantamento no ativo circulante e permanece controlado até a aprovação da prestação de contas ou a comprovação da execução do objeto, ou até a restituição dos saldos não aplicados à unidade descentralizadora, nos termos do art. 3º, inciso X, do mesmo decreto. Ademais, os arts. 23 e 24 fixam os prazos para as fases seguintes.

O saldo do adiantamento e sua variação estão no quadro a seguir. O valor não se soma ao estoque do item 15.1: é o registro patrimonial do mesmo TED que lá aparece em conta de controle, como demonstra a conciliação abaixo.

| Ativo | 30/09/2026 | 31/12/2025 | Conta de Controle | 30/09/2026 | 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|---|
| Adiantamento – TED | 144.852.194,39 | 106.212.087,14 | TED a comprovar | 144.852.194,39 | 106.212.087,14 |
| **Total** | **144.852.194,39** | **106.212.087,14** | **Total** | **144.852.194,39** | **106.212.087,14** |

### 15.2 Diversos Responsáveis

**R$ 7.066.140,52**

Sem saldo comparável em 31/12/2025

Esse agrupamento de contas registra as responsabilidades decorrentes de atos praticados por gestores, servidores ou terceiros que possam resultar em prejuízos para a Fazenda Nacional. Compreende os valores em apuração, relativos a processos de tomada de contas especial em curso, e os valores apurados, relativos a processos encerrados no âmbito do órgão e encaminhados ao TCU, ainda não julgados.

O art. 8º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 (Lei Orgânica do TCU), estabelece que diante da omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação de recursos repassados pela União, de desfalque ou desvio de valores públicos, ou de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do qual resulte dano ao erário, a autoridade administrativa competente deve adotar providências para a instauração da Tomada de Contas Especial. A inscrição em valores apurados ocorre quando, encerrada a instrução do processo no âmbito do órgão, o processo é remetido ao Tribunal de Contas da União para julgamento de mérito, sem que a decisão definitiva de responsabilização tenha sido ainda proferida.

O valor é registrado pelo montante apurado no processo de abertura de tomada de contas especial, atualizado conforme o Sistema de Atualização de Débito do TCU até a decisão do Tribunal. O saldo é baixado para Créditos por Dano ao Patrimônio, quando o Tribunal julga as contas irregulares e imputa débito ou multa ao responsável, passando o crédito a ser gerido pelo rito do item 15.3; por reversão ou estorno, quando o Tribunal julga as contas regulares ou regulares com ressalva; por recolhimento do débito pelo responsável antes do julgamento; ou por arquivamento do processo sem julgamento de mérito.

A variação do saldo no período — ou a ausência dela — indica o ritmo de novas instaurações concluídas e de decisões do Tribunal. O quadro a seguir traz o saldo nas duas datas.

| Composição | 30/09/2026 | 31/12/2025 | AH | AV |
|---|---|---|---|---|
| Responsáveis por Danos ou Perdas – Em Apuração | 4.683.385,98 | – | – | 66,28% |
| Responsáveis por Danos ou Perdas – Apurados | 2.382.754,54 | – | – | 33,72% |
| **Total** | **7.066.140,52** | – | – | **100,00%** |

### 15.3 Créditos por Dano ao Patrimônio

**R$ 220.653,42**

▲ 0,00% em relação a 31/12/2025

Os Créditos por Dano ao Patrimônio são valores decorrentes de dano ao erário, apurados em processo administrativo ou reconhecidos por decisão do Tribunal de Contas da União que imputou débito ao responsável. Esses créditos têm como objetivo o ressarcimento dos valores à administração pública e são gerenciados pelo órgão até a sua quitação, inscrição em dívida ativa ou baixa por decisão superveniente.

O montante registrado corresponde ao valor atualizado de realização, apurado com base na ferramenta Sistema de Atualização de Débito, disponibilizada no portal do TCU. Essa atualização considera os índices oficiais aplicáveis para correção monetária e juros, quando cabíveis. A atualização dos créditos já contabilizados é feita anualmente, no mês de dezembro, visando refletir o valor atualizado dos créditos, de modo que os saldos registrados no balanço patrimonial estejam alinhados com as condições econômicas e financeiras vigentes.

O saldo bruto, o ajuste para perdas e o valor líquido, nas duas datas, estão no quadro a seguir. O ajuste é revisto uma vez por exercício, em dezembro, e cobre os créditos apurados em tomada de contas especial e por dano ao patrimônio existentes naquela data; os créditos a receber de responsáveis por danos ou perdas não estão alcançados pelo ajuste, e por isso compõem o valor líquido evidenciado no Balanço Patrimonial.

| Composição | 30/09/2026 | 31/12/2025 | AH |
|---|---|---|---|
| Créditos a receber por dano ao patrimônio | 36.680,55 | 36.680,55 | +0,00% |
| Créditos a receber de responsáveis por danos/perdas | 220.653,42 | 220.653,42 | +0,00% |
| Créditos a receber por falta ou irregularidade de comprovação – decisão TCU | 23.278.865,65 | 23.278.865,65 | +0,00% |
| **Subtotal** | **23.536.199,62** | **23.536.199,62** | **+0,00%** |
| (-) Ajuste para Perdas | (23.315.546,20) | (23.315.546,20) | +0,00% |
| **Créditos por Dano ao Patrimônio** | **220.653,42** | **220.653,42** | **+0,00%** |
| Circulante | – | – | – |
| Não Circulante | 220.653,42 | 220.653,42 | +0,00% |

## A) Ajuste para Perdas – TCE

O Ajuste para Perdas refere-se ao processo de estimativa de redução do valor recuperável dos créditos registrados em função da probabilidade de inadimplência ou não recuperação desses montantes. Essa prática está em conformidade com os princípios de contabilidade aplicada ao setor público, garantindo a aderência às normas de reconhecimento de ativos.

Conforme a Macrofunção 020342 - Ajustes para Perdas Estimadas, no item 6.2: “Para mensuração do valor recuperável dos créditos a receber, recomenda-se a utilização da metodologia baseada no histórico de recebimentos passados (...).”

Com base nessa diretriz, o cálculo do Ajuste para Perdas relacionados às Tomadas de Contas Especiais utilizou uma metodologia que considerou a análise histórica, na qual foram avaliados os dados dos últimos três exercícios financeiros para identificar padrões de inadimplência ou recuperação parcial dos créditos registrados. Essa análise é feita considerando o comportamento real dos pagamentos recebidos no período.

Cabe destacar que a metodologia é revisada anualmente, considerando novos dados e mudanças nas condições econômicas, jurídicas ou administrativas que possam impactar a recuperação dos créditos.

# Nota 16 — Partes Relacionadas

Em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC TSP 22, considera-se parte relacionada qualquer pessoa ou entidade com capacidade de controlar outra parte, de exercer influência significativa sobre as decisões financeiras e operacionais de outra parte, ou de estar sujeita a controle comum.

## 16.1 Definição de partes relacionadas

Incluem-se entre as partes relacionadas: entidades que controlam ou são controladas, direta ou indiretamente, pela entidade que reporta; coligadas, conforme definido na NBC TSP 18; indivíduos com participação direta ou indireta na entidade que reporta, conferindo-lhes influência significativa, bem como seus familiares próximos; pessoas-chave da administração e seus familiares próximos; e entidades nas quais esses indivíduos possuem participação substancial ou sobre as quais exercem influência significativa.

## 16.2 Pessoal-chave da administração

Pessoas-chave da administração incluem diretores ou membros do corpo administrativo da entidade e pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade. No contexto governamental, incluem-se os membros do corpo administrativo de entidades governamentais com autoridade sobre o planejamento e controle das atividades, seus assessores-chave e a alta administração da entidade que reporta.

## 16.3 Remuneração do pessoal-chave da administração

Na União, devido à complexidade do tema, não há um único sistema que concentre informações detalhadas sobre a remuneração do pessoal-chave da administração. Os principais sistemas e fontes de informação são o Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (Sigepe), o Painel Estatístico de Pessoal (PEP) e o Portal da Transparência.

## 16.4 Situação do Ministério das Mulheres

No período de referência, **não foram identificadas transações com partes relacionadas** que exijam divulgação nos termos da NBC TSP 22 no âmbito do Ministério das Mulheres. O órgão integra a Administração Direta, não possui entidades controladas ou coligadas e não realizou, no período, operações com pessoal-chave da administração ou com seus familiares próximos fora das condições normais de remuneração de servidores e agentes públicos, as quais decorrem de regime legal e não de negociação entre as partes.

As transações com outros órgãos e entidades da União — que são partes relacionadas por controle comum — são as decorrentes da descentralização orçamentária e financeira própria do Orçamento Geral da União, evidenciadas nas demais notas e tratadas na Nota 10 — Consolidação Intragovernamental.